

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP  
PORTO - PORTUGAL

---

## RECONHECIMENTO, (IN)JUSTIÇA EPSTÊMICA E FORMAÇÃO CRÍTICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

---

**Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, Universidade federal de São Carlos-SP,**  
<https://orcid.org/0000-0003-1250-3767>, Brasil, [dmch@ufscar.br](mailto:dmch@ufscar.br)

**Marcia Regina da Silva, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP,**  
<https://orcid.org/0000-0001-5852-1026>, Brasil, [marciaregina@usp.br](mailto:marciaregina@usp.br)

**Camila Carneiro Dias Rigolin, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil,**  
<https://orcid.org/0000-0002-9400-2837>, Brasil, [diasrigolin@ufscar.br](mailto:diasrigolin@ufscar.br)

**Julia Fernandes Marcelo, Universidade do Porto, Porto, <https://orcid.org/0009-0003-9865-508X>, Portugal, [juliafmarcelo@hotmail.com](mailto:juliafmarcelo@hotmail.com)**

**Exo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação**

### 1 Introdução

No universo acadêmico, certos gestos de reconhecimento passam quase despercebidos, mas carregam profundos significados sobre como a ciência legitima seus protagonistas. Epígrafes cuidadosamente escolhidas para abrir teses e dissertações, agradecimentos posicionados ao final de artigos, obituários publicados em periódicos especializados, nomes próprios transformados em epônimos, coletâneas (festschriften) que homenageiam trajetórias acadêmicas, prêmios concedidos por instituições científicas, assim como entrevistas de pesquisadores e resenhas de obras, revelam mais do que simples deferência ou celebração: expõem, além de relações de prestígio e pertencimento, também desigualdades presentes no ambiente científico

Esse trabalho inova ao propor que, para além de objetos de estudo, essas manifestações concretas do sistema de recompensas da ciência se constituem em materialidades do reconhecimento científico que podem expressar seus aspectos positivos, como a

legitimação e a valorização, e seus aspectos negativos, como a exclusão e o silenciamento de determinados saberes ou trajetórias.

Desse ponto de vista, esta investigação propõe analisar o reconhecimento científico como uma dimensão formativa na Ciência da Informação, enfatizando seus significados epistemológicos e pedagógicos, bem como suas relações com a (in)justiça epistêmica. Busca responder à seguinte questão de pesquisa: Como integrar criticamente as materialidades que expressam o reconhecimento científico à formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, considerando seus vínculos com a (in)justiça epistêmica? Parte-se do pressuposto de que essas manifestações concretas do reconhecimento científico moldam as dinâmicas de prestígio no campo científico e os modos de ensinar, legitimar e transmitir o conhecimento.

Embora frequentemente tratadas como acessórios ou elementos marginais no processo de produção do saber, essas manifestações também “ensinam”, de forma silenciosa, o que é considerado digno de

reconhecimento e, por consequência, quem ou o que tende a permanecer à margem da memória científica. É justamente esse caráter formativo que merece análise aprofundada, sobretudo no contexto dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, responsáveis por formar profissionais e pesquisadores que atuarão na mediação de saberes, na preservação da memória e na promoção da justiça epistêmica.

O reconhecimento científico, entendido aqui como um ato carregado de significados sociais, epistemológicos e afetivos, opera como um vetor pedagógico: comunica, ainda que de forma implícita, quais trajetórias, condutas e contribuições são valorizadas, e quais permanecem invisibilizadas. Dessa forma, este estudo se insere no eixo temático “Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação”, por oferecer uma abordagem inovadora sobre conteúdos e práticas formativas que ampliem os repertórios epistemológicos, associados aos modos de conhecer, validar e ensinar o conhecimento científico (Longino, 2002), e simbólicos, vinculados às representações, valores e sentidos compartilhados no campo acadêmico (Geertz, 2015), que influenciam a formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar como as materialidades do reconhecimento científico podem ser integradas criticamente à formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, propondo caminhos teórico-metodológicos alinhados à (in)justiça epistêmica

Sob essa perspectiva crítica, as manifestações do reconhecimento científico oferecem subsídios para percursos formativos mais atentos às dinâmicas de (in)justiça epistêmica. O artigo está estruturado em seções que apresentam o referencial teórico, detalham os procedimentos metodológicos e propõem estratégias para integrar essas reflexões aos percursos formativos.

## 2 Referencial Teórico

O percurso teórico deste estudo organiza-se em torno de três eixos interligados: as materialidades do reconhecimento científico, as dinâmicas de (in)justiça epistêmica e as implicações formativas desses fenômenos no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Sob essa perspectiva crítica, as manifestações do reconhecimento científico oferecem subsídios para percursos formativos mais atentos às dinâmicas de (in)justiça epistêmica. O artigo está estruturado em seções que apresentam o referencial teórico, detalham os procedimentos metodológicos e propõem estratégias para integrar essas reflexões à formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

### 2.1 Reconhecimento científico e suas manifestações

No campo científico, o reconhecimento atua como um vetor que confere legitimidade e consagra trajetórias acadêmicas, tradições de pensamento e contribuições intelectuais, operando de modo silencioso e moldando prestígio, mérito e pertencimento. Embora frequentemente associado a métricas quantitativas, como índices de citação, o reconhecimento também se manifesta em materialidades específicas, baseadas em critérios socialmente construídos sobre o que (e quem) merece ser lembrado, celebrado ou esquecido.

Robert K. Merton (1957) foi um dos primeiros autores a sistematizar o reconhecimento como parte do ethos da ciência, articulando-o ao sistema de recompensas que legitima determinadas condutas e realizações. Ao identificar o reconhecimento como um princípio estruturante da prática científica, Merton demonstrou que elementos como autoria, prioridade e reputação exercem papel central na organização da comunidade científica. Sua reflexão sobre o “efeito Matheus” (Merton, 1968) evidencia como o prestígio acumulado tende a gerar ainda mais

visibilidade e reconhecimento, reproduzindo desigualdades estruturais entre cientistas.

Complementando essa abordagem, Pierre Bourdieu (1983) interpreta o reconhecimento como uma forma de capital simbólico, fruto da disputa por posições de prestígio no campo científico. Para o autor, o que é socialmente reconhecido como legítimo ou digno de consagração está diretamente ligado à estrutura de poder do campo, envolvendo tanto os agentes quanto as instituições que detêm autoridade para validar trajetórias, ideias e discursos. Nesse contexto, as formas simbólicas de reconhecimento operam simultaneamente como rituais de consagração e como mecanismos de naturalização das hierarquias acadêmicas.

Estudos como os de Silva & Maricato (2023) têm ampliado essa discussão ao evidenciar que, além dos indicadores quantitativos, existem expressões do reconhecimento científico que permanecem invisibilizadas pelas métricas tradicionais, mas que exercem papel fundamental na configuração das hierarquias e das dinâmicas de poder no campo acadêmico.

De outra perspectiva, Souza (2018) propõe uma análise crítica do reconhecimento ao introduzir o conceito de desreconhecimento, entendido como formas de exercício do poder pelas quais grupos privilegiados negam a outros grupos ou indivíduos a possibilidade de participar em condições de igualdade nas esferas institucionais que conferem legitimidade nas sociedades modernas. Embora seu foco não seja especificamente o campo científico, essa reflexão inspira a compreensão de que, também na ciência, manifestações do reconhecimento científico podem funcionar não apenas como consagração, mas como processos normativos e seletivos, potencialmente excludentes e hierarquizantes.

A crítica de Souza (2018) sobre o não reconhecimento como forma de exclusão social inspira a compreensão de que, também na ciência, a ausência ou a negação de certas expressões do reconhecimento científico

contribui para delimitar o que é considerado conhecimento legítimo, naturalizando desigualdades e hierarquias. Incorporar essa perspectiva crítica ao debate sobre reconhecimento científico permite não apenas valorizar seus efeitos positivos, mas também repensar as estruturas que sustentam a exclusão acadêmica. Essa visão evidencia que tais expressões não apenas refletem valores da ciência, mas também transmitem, de maneira sutil, normas sobre o que deve ser reconhecido e quais trajetórias ou epistemologias são vistas como exemplares. Nesse sentido, o reconhecimento pode ser entendido como um mecanismo que orienta, mesmo de forma implícita, critérios de pertencimento, excelência e mérito no campo científico.

Essas materialidades do reconhecimento científico passaram, assim, a ser investigadas empiricamente para revelar como operam na dinâmica de inclusão ou exclusão no campo acadêmico. É nesse cenário que se insere a trajetória de pesquisas conduzida por Hayashi e colaboradores, iniciada com a análise dos agradecimentos. Hayashi & Bello (2014) examinaram agradecimentos publicados em um periódico da área da Saúde, identificando padrões associados a apoio financeiro, técnico, administrativo e intelectual. Posteriormente, Hayashi (2018) investigou a percepção de docentes da UFSCar sobre a prática de formular e ler agradecimentos, revelando que, embora sejam espaços destinados ao reconhecimento, essas práticas também expressam normas tácitas de colaboração, hierarquia e redes de apoio, funcionando como reflexo das regras de engajamento que definem a dinâmica de interdependência entre pesquisadores.

A investigação prosseguiu com o estudo das resenhas e entrevistas. Hayashi (2020) desenvolveu um modelo de análise para identificar atributos simbólicos nesses gêneros textuais, evidenciando como as escolhas sobre quem entrevistar ou resenhar refletem critérios de prestígio e reconhecimento, além de valores acadêmicos que podem tanto consagrar trajetórias quanto silenciar vozes menos hegemônicas.

Na sequência, os obituários acadêmicos e homenagens póstumas tornaram-se objeto de diversos estudos (Hayashi et al., 2021a; Hayashi, 2021b; Hayashi et al., 2021c; Hayashi et al., 2021d; Hayashi et al., 2023), que demonstraram como essas narrativas póstumas funcionam como espaços de consagração simbólica, avaliação post-mortem e construção de memória acadêmica. Esses trabalhos revelaram dimensões como gênero, intergeracionalidade e redes de colaboração, evidenciando que os obituários não apenas homenageiam trajetórias individuais, mas também reafirmam valores, hierarquias e legados científicos do campo acadêmico.

Em relação às epígrafes, Hayashi (2022a) propôs um modelo de análise que identifica tipos, funções e discursos presentes em epígrafes de teses doutorais em Ciência da Informação, demonstrando como essas escolhas textuais sinalizam filiações intelectuais, valores e estratégias de legitimação, funcionando como manifestações simbólicas do sistema de recompensas da ciência.

Quanto aos epônimos, Hayashi (2022b) realizou uma discussão teórica sobre a presença desses termos na linguagem científica, destacando sua função como marcas de consagração autoral e legitimação no campo acadêmico. O estudo abordou temas como a sub-representação feminina entre os epônimos, as controvérsias éticas em áreas como a medicina e a relação entre epônimos e práticas de citação científica, incluindo o fenômeno da obliteração por incorporação, que dificulta o rastreamento da autoria original. Em continuidade, Hayashi (2023) elaborou e aplicou um modelo analítico que identificou epônimos em artigos científicos da área de Bibliometria, revelando tanto leis clássicas (como a de Bradford, Lotka e Zipf) quanto expressões eponímicas oriundas de outras áreas, como Matemática e Estatística. Esses estudos demonstram como os epônimos funcionam como dispositivos simbólicos do sistema de recompensas da ciência, sinalizando prestígio, influência e

pertencimento a determinadas comunidades científicas.

Esses estudos, além de aprofundar a compreensão sobre as manifestações simbólicas do reconhecimento científico, oferecem contribuições relevantes para a análise crítica de como tais práticas operam na legitimação de valores, na construção de reputações e na consolidação de memórias acadêmicas. Tais investigações dialogam diretamente com as discussões sobre (in)justiça epistêmica, evidenciando que o reconhecimento não se limita a métricas quantitativas, mas se manifesta também em dimensões simbólicas que carregam implicações formativas, políticas e sociais.

Incorporar essa dimensão crítica ao debate sobre reconhecimento científico permite compreender que não se trata apenas de valorizar trajetórias ou produções exemplares, mas também de refletir sobre as ausências e os silêncios que moldam o campo acadêmico. Omissões como as de epígrafes, exclusão de agradecimentos ou ausência de homenagens e prêmios contribuem para delimitar simbolicamente o que é considerado conhecimento legítimo, naturalizando desigualdades e hierarquias. Analisar essas formas simbólicas sob uma perspectiva formativa é, portanto, fundamental para construir propostas pedagógicas capazes de promover uma formação mais crítica e reflexiva no campo da Ciência da Informação.

## **2.2 Reconhecimento científico e (in)justiça epistêmica como dinâmicas de exclusão**

O reconhecimento científico, quando analisado a partir de uma perspectiva crítica, revela não apenas aquilo que é celebrado, mas também o que é sistematicamente silenciado. Essa assimetria simbólica permite associar o reconhecimento, ou sua ausência, às formas de (in)justiça epistêmica que permeiam o campo acadêmico e moldam suas dinâmicas de prestígio, autoridade e pertencimento.

No contexto científico, essas formas de injustiça operam tanto nos processos de produção do conhecimento quanto nas

dinâmicas de consagração e legitimação. O fato de certos nomes serem continuamente homenageados, premiados ou eternizados como epônimos, enquanto outros são relegados ao esquecimento, evidencia como as hierarquias simbólicas também se constroem por meio do reconhecimento, ou da sua negação. Essa lógica afeta de modo particular os sujeitos historicamente marginalizados na ciência, como mulheres, negros, indígenas e pessoas situadas ou oriundas de contextos geopolíticos subalternizados, cujas trajetórias são frequentemente apagadas, minimizadas ou tratadas como exceções.

A crítica feminista que emergiu nos anos 1980 trouxe questionamentos fundamentais à suposta neutralidade científica, enfatizando que todo saber é situado e politicamente implicado. Nesse contexto, Haraway (1988) introduz o conceito de conhecimento situado, que desafia a pretensão universalista do saber científico e convoca à responsabilidade epistêmica, à escuta e ao engajamento com saberes dissidentes. Essa perspectiva evidencia que as práticas informacionais e científicas também podem operar invisibilidades seletivas, reforçando desigualdades que silenciam determinadas vozes.

No final dos anos 1980 e início da década de 1990, o debate sobre interseccionalidade, inaugurado por Crenshaw (1989; 1991), aprofunda a compreensão de como múltiplos eixos de opressão, como gênero, raça e classe se interconectam, gerando experiências específicas de marginalização. Essa abordagem contribui para explicar por que certos grupos permanecem invisíveis não apenas nos espaços institucionais, mas também nos regimes simbólicos de reconhecimento e na produção de saber.

Dialogando com essas reflexões, Collins (2000) evidencia como saberes produzidos por mulheres negras, por exemplo, são frequentemente deslegitimados pelas epistemologias dominantes. Para Collins, essa marginalização é tanto social quanto epistêmica, pois se configura como um processo sistemático de exclusão de visões de mundo, narrativas e critérios de validade do

conhecimento. Na mesma direção, Harding (1991) propõe uma crítica ao “ponto de vista de ninguém” na ciência, argumentando que todo conhecimento é situado e que as epistemologias dominantes frequentemente silenciam experiências e perspectivas subalternizadas.

Ainda no campo das epistemologias críticas, Smith (1999) denuncia o papel histórico da pesquisa científica na colonização de povos indígenas, questionando metodologias acadêmicas que legitimam esse processo. Smith propõe uma abordagem decolonial da produção do conhecimento, defendendo a valorização das epistemologias locais e a autodeterminação dos povos, o que contribui para pensar práticas pedagógicas e informacionais comprometidas com a justiça cognitiva.

Fricker (2007), por sua vez, oferece um marco teórico sistemático para compreender como tais exclusões operam não apenas no nível institucional, mas também nas interações cotidianas. A autora identifica dois tipos principais de injustiça epistêmica: a testemunhal, quando o saber de determinados indivíduos é desvalorizado em razão de preconceitos estruturais; e a hermenêutica, que ocorre quando grupos não dispõem dos recursos conceituais necessários para expressar ou interpretar suas próprias experiências.

Esse debate é aprofundado por Medina (2013), que amplia o escopo de Fricker ao destacar que a injustiça epistêmica não se restringe a relações interpessoais, mas está imbricada em dinâmicas estruturais que limitam o reconhecimento de saberes produzidos em contextos periféricos ou subalternizados. Medina propõe a noção de resistência epistêmica, destacando o papel da imaginação crítica e das práticas coletivas na ampliação da pluralidade epistêmica e na construção de espaços acadêmicos mais inclusivos.

Uma abordagem convergente, embora situada no contexto norte-americano, é proposta por Mehra & Gray (2020), que analisam tendências históricas de branquitude e elitismo nas

profissões de *Library and Information Science* (LIS). Para esses autores, reconhecer tais legados é essencial para promover transformações autênticas em direção à justiça epistêmica e social. Embora circunscritos ao cenário dos Estados Unidos, seus apontamentos ecoam discussões globais sobre as hierarquias simbólicas que moldam o campo da informação, apontando a necessidade de enfrentar práticas institucionais excludentes.

Nos últimos anos, essa reflexão ganhou novos contornos com estudos que aproximam a teoria do reconhecimento às discussões sobre injustiça epistêmica. Giladi & McMillan (2023) exploram como certos tipos de injustiça epistêmica, opressão e ignorância podem ser compreendidos como distorções ou abusos do reconhecimento, revelando conexões profundas entre epistemologia social crítica e as tradições filosóficas da Escola de Frankfurt. Esses autores questionam se diferentes formas de injustiça epistêmica não seriam, em última instância, expressões de fracassos no reconhecimento legítimo de sujeitos e saberes.

Também inserido nesse debate contemporâneo, Maringe (2023) destaca como a educação superior, historicamente vinculada a projetos coloniais, perpetua injustiças epistêmicas ao marginalizar epistemologias indígenas, africanas e outras tradições não europeias. Sua análise evidencia como o ensino superior ainda responde, em muitos casos, a uma lógica colonial, o que reforça a necessidade de práticas educacionais comprometidas com a decolonização do conhecimento.

Essas discussões teóricas dialogam diretamente com a produção científica brasileira, especialmente no campo da Ciência da Informação, que tem avançado na reflexão sobre injustiça epistêmica.

Diversos estudos abordam, por exemplo, a luta contra o epistemicídio de saberes negros (Silva, Garcêz & Silva, 2022) discutindo estratégias para valorizar epistemologias negras nos currículos e práticas pedagógicas em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Outros trabalhos, como o de Andrade, Alves &

Silva (2023), investigam práticas culturais e informacionais, como a Biblioteca Universal Guei, para evidenciar estratégias de resistência simbólica no enfrentamento das injustiças epistêmicas. A denúncia da branquitude como categoria estruturante na Biblioteconomia e na Organização do Conhecimento é abordada no estudo de Silva et al. (2024), enquanto Fernandes (2024) focaliza a centralidade da literatura indígena na promoção da justiça epistêmica e histórica.

No panorama da publicação científica brasileira recente da área de Ciência da Informação, destaca-se o dossiê especial (In)Justiça epistêmica em Biblioteconomia e Ciência da Informação publicado pela revista *Encontros Bibli*, organizado por Cardona & Silva (2023) reunindo artigos que abordam perspectivas críticas e justiça epistêmica no campo informacional. Entre esses estudos, destacam-se o de Moraes & Gracioso (2023) que utilizam as categorias fundamentais propostas por Ranganathan (PMEST) como ferramenta analítica para mapear conceitos e enunciações do feminismo decolonial, e o de Rodrigues & Vargas (2023) que abordam as invisibilidades relacionadas às sexualidades dissidentes.

O estudo de Alencar, Tognoli & Cervantes (2023) utilizou a análise de domínio para mapear a comunidade editorial arquivística de cunho crítico e decolonial. Os resultados apontaram a predominância de uma comunidade discursiva ainda em construção, advindas de países com histórico de colonização, com maior predominância na América do Norte, filiados às Universidades, com pesquisas voltadas para os temas que englobam o espectro da dimensão crítica e decolonial (arquivos comunitários, justiça social, história oral, impacto emocional do trabalho arquivístico, arquivos digitais, memória, direitos humanos, entre outros).

Por sua vez, Sousa et al (2023) analisaram se o princípio da ética dos princípios CARE (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics) pode contribuir para promover a justiça epistêmica aos povos indígenas, fortalecendo sua autonomia em

relação aos seus próprios dados. O estudo apontou que esses princípios CARE, embora tenham poucos exemplos práticos, visam emancipar e devolver aos povos indígenas sua autonomia epistêmica, reforçam a importância dos saberes ancestrais e destacam a necessidade de os povos indígenas terem controle sobre seus dados e conhecimentos quando utilizados pela ciência. Na visão dos autores esse é um passo significativo para a promoção da justiça epistêmica e o reconhecimento dos saberes indígenas como parte integrante do conhecimento científico.

Em uma chave latino-americana, Egaña-Lagache & Silva (2025) investigaram a presença de autorias afro-uruguaias no Catálogo Online das Bibliotecas (BiuR) e no Repositório Institucional Colibrí, identificando baixa incidência dessas vozes intelectuais, o que sugere a participação da própria instituição universitária na perpetuação de processos de memoricídio e epistemicídio. Na mesma perspectiva, Silva et al. (2025) analisaram o catálogo editorial da EDUFRO (Universidade Federal de Rondônia), mapeando 61 obras publicadas entre 2001 e 2023 que abordam Amazônia, Rondônia, povos indígenas, imigração, gênero e sexualidade. O estudo destaca o papel estratégico da editora universitária na promoção do conhecimento amazônico e da informação étnico-racial, apontando caminhos para combater injustiças epistêmicas no campo editorial brasileiro.

### **2.3 Formação crítica em Biblioteconomia e Ciência da Informação**

As reflexões sobre (in)justiça epistêmica no campo científico trazem implicações diretas para a educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Diante disso, a formação de profissionais da informação demanda, cada vez mais, o desenvolvimento de competências que articulem o domínio técnico com a reflexão crítica sobre os valores, dinâmicas e estruturas que permeiam o campo científico. No entanto, os currículos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação ainda tendem a privilegiar abordagens centradas em fundamentos normativos ou

instrumentalizados, relegando a segundo plano as dimensões políticas e epistêmicas do conhecimento. Nesse cenário, temas como reconhecimento científico, memória acadêmica e (in)justiça epistêmica permanecem ausentes ou pouco explorados, apesar de sua relevância formativa.

Essa perspectiva de formação se alinha à proposta de uma educação emancipatória, como defendem Freire (1996) e Kincheloe (2008), que enfatizam a importância da consciência crítica, da dialogicidade e da valorização de experiências diversas nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse horizonte, Bell Hooks (1994) amplia a pedagogia crítica ao destacar que o ensino não é apenas um ato intelectual, mas também profundamente vinculado ao engajamento afetivo, à escuta atenta e ao reconhecimento das identidades, elementos essenciais para transformar a sala de aula em um espaço de resistência e libertação.

Giroux (2020) também contribui significativamente para promover a articulação entre conhecimento crítico e formação política, ao propor uma pedagogia voltada para a emancipação dos sujeitos e para a transformação das instituições. Essa perspectiva conecta-se ao campo da Ciência da Informação ao conceber a formação de usuários, bibliotecários e pesquisadores como uma prática crítica de mediação, que vai além da mera transmissão de conteúdos e se compromete com a construção de sujeitos epistêmicos e autônomos.

No campo da Ciência da Informação, essa perspectiva de formação crítica encontra eco em estudos e propostas da área que concebem a formação de usuários, bibliotecários e pesquisadores como uma prática crítica de mediação, que vai além da mera transmissão de conteúdos e se compromete com a construção de sujeitos epistêmicos e autônomos.

Nesta perspectiva, o estudo de Mehra (2019) denuncia as desigualdades estruturais na educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação nos Estados Unidos, destacando

microagressões e barreiras institucionais vividas por pessoas não brancas e LGBTQIA+. A partir de sua experiência pessoal, propõe uma voz alternativa que desafia políticas superficiais de inclusão e defende conversas autênticas para enfrentar preconceitos sutis. Suas reflexões reforçam a necessidade de uma formação crítica comprometida com justiça epistêmica e social.

Uma experiência relevante nesse contexto é apresentada por Campbell e Sich (2023), que relatam o processo de decolonização do programa de instrução em bibliotecas acadêmicas na Western University, no Canadá. Fundamentado na justiça epistêmica, o novo currículo por eles desenvolvido prioriza formas diversas de conhecimento, valoriza seres vivos acima de meramente dados ou informações e propõe resultados de aprendizagem voltados à inclusão e ao respeito às múltiplas epistemologias. Seu trabalho ilustra como ações institucionais podem traduzir princípios teóricos em práticas pedagógicas concretas, reforçando o compromisso das bibliotecas com a transformação social e epistêmica.

Mais recentemente, o estudo de Babu et al (2025) basearam-se na teoria da injustiça epistêmica, incluindo seus diferentes tipos, e na ideia de que o currículo inclui as experiências de criação, verificação e disseminação do conhecimento em sala de aula, ou seja, os professores e alunos participam comunicativamente do processo de criação, verificação e disseminação do conhecimento. Nessa perspectiva, os autores exploram a interface entre a teoria da injustiça epistêmica e as experiências curriculares é explorada para elaborar estratégias de um paradigma inclusivo para experiências curriculares mais equitativas e justas.

No Brasil, a coletânea organizada por Valentim (2002) consolidou-se como referência importante para a discussão da formação do profissional da informação, reunindo diferentes autores que, desde a década anterior, analisavam os currículos dos cursos da área, tanto no Brasil como no exterior (Guimarães, 2002). Como destaca a própria organizadora, tratam-se de questões

fundamentais para a reflexão e a proposição de ações que modifiquem o fazer pedagógico nas escolas e cursos da área. Mais recentemente, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, por meio de sua editora, tem publicado coletâneas voltadas ao ensino em BCI, sinalizando tendências e desafios para a atualização curricular (ABECIN, 2024).

A necessidade de ressignificar os percursos formativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação, por meio da incorporação de dimensões críticas e epistemológicas, vem sendo discutida também a partir da valorização de iniciativas pedagógicas inovadoras. Prudêncio & Rodrigues (2018), ao analisarem publicações do GT-6 da ANCIB e da base BRAPCI, identificaram experiências voltadas à renovação do ensino, com base em metodologias ativas, abordagens interdisciplinares e estratégias de aproximação entre teoria e prática. As autoras apontam que essas iniciativas buscam romper com modelos tradicionais e alinhar a formação às transformações sociais, tecnológicas e culturais em curso.

Outros estudos no campo da Ciência da Informação brasileira vêm propondo estratégias concretas para integrar a reflexão crítica às práticas formativas na área. Esse quadro epistemológico da injustiça epistêmica dialoga com os processos formativos de profissionais da área de Ciência da Informação de uma perspectiva mais ampla visando, como mostra o estudo de Costa & Valério (2023) a formação discente para a comunicação com pessoas surdas e inclusão em unidades de informação. Na mesma perspectiva formativa, o estudo de Doyle & Moura (2023) fundamentado teoricamente nas pedagogias e teorias feministas críticas, utilizaram o método de prática educativa de bell hooks (1994) para desenvolver um processo de mediação de leitura em um espaço crítico de lazer.

As contribuições teóricas e as experiências pedagógicas desta seção mostram que integrar a injustiça epistêmica à formação crítica amplia o repertório dos cursos e cria caminhos práticos para uma atuação profissional socialmente implicada. Incorporar esses

debates fortalece o compromisso político e epistêmico da Biblioteconomia e Ciência da Informação com uma ciência mais inclusiva e engajada.

### 3 Procedimentos metodológicos

Esta investigação configura-se como um estudo teórico-conceitual de abordagem qualitativa (Creswell, 2014), de natureza exploratória e descritiva (Gil, 2008). Seu propósito é ampliar a compreensão do reconhecimento científico como dimensão formativa na Ciência da Informação, articulada às discussões sobre justiça epistêmica. Para isso, são analisadas expressões materiais e simbólicas que evidenciam valores institucionais, epistemológicos e suas relações com dinâmicas de inclusão, exclusão e legitimação no campo científico.

São considerados como objetos de estudo diferentes expressões materiais do reconhecimento científico, tais como epígrafes, epônimos, agradecimentos, obituários, homenagens acadêmicas, entrevistas e resenhas. Esses elementos servem como base interpretativa para examinar as dinâmicas de valorização, invisibilização e (in)justiça epistêmica, sobretudo em sua interface com a formação de profissionais da informação.

O desenvolvimento da pesquisa estruturou-se em três etapas principais, que se complementam na busca por compreender o reconhecimento científico como dimensão formativa na Ciência da Informação:

**1) Constituição do referencial teórico** – consolidada na Seção 2, destaca estudos que abordam perspectivas teóricas e aplicadas sobre reconhecimento científico e justiça epistêmica, com ênfase em suas manifestações e implicações pedagógicas.

**2) Elaboração de uma proposta teórico-metodológica** – reúne categorias analíticas sobre reconhecimento científico e (in)justiça epistêmica aos processos formativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Essa etapa resultou na construção de dois quadros-síntese: o primeiro sistematiza as categorias

identificadas e suas descrições conceituais; o segundo organiza estratégias pedagógicas para integrar essas categorias aos percursos formativos da área.

**Quadro 1: Materialidades do reconhecimento científico e (in)justiça epistêmica**

Materialidades do reconhecimento	Descrição conceitual
Epígrafes	Citações breves inseridas no início ou em partes de textos acadêmicos, capazes de condensar temas, declarar filiações intelectuais ou reforçar legitimação no campo científico, podendo evidenciar exclusões ao privilegiar certos campos ou tradições do conhecimento.
Epônimos	Atos de nomeação de pessoas ligados a descobertas ou criações científicas, reconhecendo contribuições originais, mas também revelando desigualdades epistêmicas e o apagamento de conceitos, teorias e métodos produzidos fora das tradições hegemônicas.
Obituários acadêmicos	Narrativas textuais que homenageiam acadêmicos falecidos, destacando valores e trajetórias acadêmicas. Funcionam como avaliação póstuma no campo científico e podem expor silenciamentos de identidades ou saberes contra-hegemônicos.
Agradecimentos	Analisar redes de apoio acadêmico-afetivas e hierarquias de contribuição; debater autoria, colaboração e afetos na produção do conhecimento, a partir da análise de agradecimentos.
Entrevistas e resenhas	Gêneros textuais que conferem visibilidade a pesquisadores e obras acadêmicas, valorizando trajetórias e narrativas de autoridade, podendo reforçar cânones e silenciar vozes epistemicamente marginalizadas.
Homenagens acadêmicas e científicas	Práticas institucionais que consagram indivíduos ou trajetórias acadêmicas, influenciando reputação e ampliando a visibilidade no campo científico. Podem consolidar padrões dominantes de reconhecimento ou invisibilizar contribuições historicamente marginalizadas.

Fonte: Elaboração das autoras

Como parte desse percurso metodológico, apresenta-se o Quadro 1, que sistematiza as categorias de estudo relacionadas ao reconhecimento científico e à (in)justiça epistêmica, traduzindo conceitos discutidos na fundamentação teórica. Inclui descrições sintéticas, servindo de base para a reflexão crítica e para o delineamento de propostas pedagógicas.

Essa sistematização reúne aportes conceituais de estudos clássicos sobre o reconhecimento científico e resultados empíricos provenientes de investigações que, ao longo da última década, examinaram suas diversas manifestações. Trata-se de uma síntese que fundamenta as proposições deste trabalho, destacando as implicações formativas do reconhecimento e as dinâmicas associadas à (in)justiça epistêmica.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 2, que organiza sugestões de estratégias pedagógicas destinadas a integrar o reconhecimento científico e a justiça epistêmica aos percursos formativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

**Quadro 2: Integração do reconhecimento científico e justiça epistêmica no percurso formativo**

Materialidades do reconhecimento	Estratégias pedagógicas de aplicação crítica
Epígrafes	Analisar epígrafes em artigos, teses e dissertações, explorando como escolhas autorais comunicam filiações intelectuais, valores e exclusões; propor que estudantes selecionem epígrafes que expressem diversidade de saberes e perspectivas não hegemônicas.
Epônimos	Investigar epônimos em conceitos e leis científicas, analisando exclusões e apagamentos históricos, e refletindo sobre invisibilização de saberes não hegemônicos à luz da justiça epistêmica.
Obituários acadêmicos	Realizar análises críticas de obituários acadêmicos, destacando padrões de

	consagração ou silenciamento, discutindo como contribuem para definir quem é lembrado ou esquecido na construção do conhecimento científico.
Agradecimentos	Examinar agradecimentos em produções científicas, debatendo hierarquias e redes de colaboração, e analisar como podem revelar relações de poder ou marginalização no ambiente acadêmico.
Entrevistas e resenhas	Promover análises críticas de entrevistas e resenhas, questionando critérios editoriais e possíveis omissões, para compreender dinâmicas de legitimação ou exclusão na comunicação científica.
Homenagens acadêmicas e científicas	Pesquisar homenagens e prêmios acadêmicos, avaliando critérios de escolha que podem invisibilizar trajetórias epistemicamente marginalizadas.

Fonte: Elaboração das autoras

O Quadro 2 exemplifica como as categorias teóricas sistematizadas podem ser incorporadas às práticas pedagógicas de modo transversal e interdisciplinar, oferecendo possibilidades concretas para integrar a análise crítica do reconhecimento científico e da (in)justiça epistêmica aos percursos formativos. Juntas, essas sistematizações reforçam o caráter aplicado desta investigação e demonstram a relevância de articular reflexão teórica e estratégias práticas na formação nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

**3) Análise crítica e interpretativa** — voltada a discutir os sentidos atribuídos ao reconhecimento científico e à (in)justiça epistêmica em suas diversas manifestações, bem como a avaliar a pertinência e aplicabilidade pedagógica das estratégias propostas.

Assim, a metodologia adotada neste estudo articula construção teórica, sistematização analítica e proposições pedagógicas, visando ampliar o debate sobre reconhecimento científico, (in)justiça epistêmica e sua integração à formação crítica em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

#### 4 Resultados

As estratégias pedagógicas desenvolvidas nesta pesquisa foram concebidas para adaptação a diferentes contextos curriculares e níveis de ensino, com o objetivo de fomentar uma atuação crítica, sensível às hierarquias presentes na ciência e alinhada com a justiça epistêmica.

Os resultados aqui apresentados estão integrados a essa perspectiva, impulsionando percursos pedagógicos que conscientizem sobre as assimetrias e desigualdades epistêmicas na construção do conhecimento científico. Para isso, retomam-se análises empíricas desenvolvidas por Hayashi e colaboradores (2014, 2018, 2022a, 2023), que exemplificam como os conteúdos sistematizados nos Quadros 1 e 2 podem fundamentar estratégias pedagógicas voltadas à reflexão crítica e à promoção da (in)justiça epistêmica

No caso das epígrafes, uma análise realizada em teses de doutorado da área de Ciência da Informação (Hayashi, 2022a) revelou o predomínio de autores europeus ou norte-americanos, com escassa presença de referências a saberes indígenas ou afro-brasileiros, o que sugere exclusões simbólicas no repertório acadêmico. Além disso, considerando apenas a classificação binária de gênero, constatou-se que 74,4% das epígrafes foram de autoria masculina e apenas 12,8% feminina, excluindo autorias institucionais, anônimas, de grupos musicais ou divindades religiosas. Surpreendentemente, embora as mulheres predominassem entre as autoras das teses (67 autoras versus 37 autores), apenas três mulheres figuraram entre as trinta pessoas mais epigrafadas: duas escritoras brasileiras – Conceição Evaristo e Cora Coralina – e Aila Spathopoulou, professora de Criminologia e Sociologia na University of Stirling (UK). Esses achados evidenciam que, mesmo quando mulheres ocupam posição majoritária entre as autorias acadêmicas, as vozes masculinas ainda prevalecem nas referências consideradas dignas de citação simbólica, revelando tensões de gênero e padrões de invisibilização que

podem ser discutidos pedagogicamente como manifestações de (in)justiça epistêmica.

Nos estudos sobre epônimos em textos científicos (Hayashi, 2023a), observa-se que a esmagadora maioria das nomeações de conceitos, leis ou descobertas recai sobre homens, perpetuando apagamentos históricos das contribuições de mulheres. Na Tabela Periódica, entre os 20 elementos químicos nomeados em homenagem a pessoas, apenas dois remetem a mulheres: Lise Meitner, física que dá nome ao meitnério, e Marie Curie, que, junto com Pierre Curie, é homenageada no cúrio — evidenciando a baixa representatividade feminina mesmo em áreas centrais do conhecimento. Na Medicina, de mais de 3.500 epônimos catalogados, apenas cerca de 4% homenageiam cientistas do sexo feminino, demonstrando como nomes de mulheres permanecem escassos. Esses exemplos ilustram como a eponímia pode ocultar a participação intelectual feminina, alimentando dinâmicas de injustiça epistêmica e sustentando a ideia de neutralidade na história da ciência.

No campo dos agradecimentos, as análises conduzidas por Hayashi e colaboradores ilustram como esse gênero textual pode funcionar não apenas como espaço de reconhecimento, mas também como espelho das hierarquias e valores do campo científico. O estudo de Hayashi e Bello (2014), centrado em publicações da área da Saúde, evidenciou o predomínio de redes institucionais e hierárquicas, enquanto vínculos comunitários, coletivos ou familiares surgem com menor destaque ou de forma superficial, sugerindo exclusões simbólicas e reforçando dinâmicas de (in)justiça epistêmica. Complementarmente, Hayashi (2018) revelou, na percepção de docentes de uma universidade pública, que essas manifestações textuais carregam normas tácitas sobre colaboração, hierarquia e redes de apoio. Um aspecto relevante é a dimensão de gênero, identificada na forma como, em alguns agradecimentos, se atribuem papéis diferenciados aos pais, o pai aparece como provedor material, enquanto a mãe surge

como figura protetora e emocional. Esses exemplos evidenciam como até textos aparentemente espontâneos podem reproduzir estereótipos e desigualdades no campo acadêmico, servindo como objeto fértil para reflexões críticas sobre justiça epistêmica nos percursos formativos.

Estudos longitudinais sobre obituários, publicados entre as décadas de 1980 e 2020 e conduzidos por Hayashi e colaboradores, revelaram padrões de gênero e raça na memória científica em diferentes periódicos. Na revista *Scientometrics* (Hayashi et al., 2021b), 20 obituários homenageavam homens, e apenas 3, mulheres, padrão que se repetiu na *Revista Pesquisa FAPESP* (Hayashi et al., 2021c), na qual, dos 131 obituários analisados, 109 eram de homens e 22 de mulheres. Já na *Revista Estudos Feministas* (Hayashi et al., 2023), os 19 obituários publicados ao longo de 24 anos foram dedicados exclusivamente a mulheres militantes e intelectuais do movimento feminista, nascidas no Brasil e no exterior. Entretanto, chamam a atenção as ausências de obituários dedicados a homens e pessoas trans inseridas no campo dos estudos feministas e de gênero, bem como a ativistas do movimento negro, dos direitos civis e da política, como Lélia Gonzalez, Rosa Parks e Zuleika Alembert, apesar de suas contribuições intelectuais significativas. Esses estudos demonstram que cientistas homens e brancos são majoritariamente homenageados, invisibilizando identidades interseccionais, e indicam que as narrativas póstumas, embora apresentadas como neutras ou celebratórias, podem reproduzir exclusões e reforçar desigualdades epistêmicas, definindo quem merece ou não ocupar lugar na memória hegemônica da ciência.

Entrevistas e resenhas acadêmicas foram analisadas por Hayashi (2020), evidenciando como esses gêneros textuais frequentemente priorizam intelectuais já consagrados, contribuindo para manter cânones estabelecidos ou marginalizar vozes e trajetórias à margem das redes acadêmicas estabelecidas. As escolhas de quem entrevistar ou resenhar refletem critérios de prestígio e

reconhecimento, além de valores acadêmicos que podem consagrar trajetórias ou silenciar perspectivas não alinhadas às correntes dominantes. Entre os indicadores de reconhecimento identificados, destacam-se as resenhas de obras de destaque no campo, a atuação de pesquisadores juniores como resenhistas e entrevistadores, a recorrência de nomes de destaque entre resenhados, resenhistas, entrevistados e entrevistadores, e a prática de inserir citações de outras obras para fundamentar esses textos. Sob uma perspectiva bourdieusiana, tais práticas podem sinalizar o aumento do estoque de capital científico dos atores envolvidos, revelando que esses gêneros textuais funcionam como mecanismos de legitimação de obras, temas e métodos, bem como de (auto)legitimação de trajetórias e pertencimentos, desempenhando papel relevante nas dinâmicas de reconhecimento científico e nas desigualdades epistêmicas no campo acadêmico.

Homenagens e prêmios acadêmicos representam práticas institucionais de consagração que, em geral, se concentram em trajetórias alinhadas a paradigmas hegemônicos, enquanto epistemologias contra-hegemônicas raramente alcançam igual reconhecimento. Entre essas expressões de consagração destacam-se os *Festschriften*, publicações comemorativas que materializam a memória acadêmica e revelam filiações disciplinares e redes de prestígio intelectual. Homenagens póstumas podem aparecer em honrarias diversas, como prêmios acadêmicos que carregam nomes de cientistas, cátedras, bolsas de pesquisa, denominações simbólicas em plataformas científicas (como Lattes e Sucupira), além de logradouros, escolas e edifícios públicos. Medalhas, diplomas de honra ao mérito e prêmios específicos de áreas científicas — incluindo o Prêmio Nobel — reforçam narrativas de excelência frequentemente baseadas em critérios pouco transparentes. Embora legitimem contribuições importantes, tais mecanismos podem também perpetuar exclusões, invisibilizando trajetórias e saberes que desafiam padrões estabelecidos, o que reforça

sua relevância para as discussões sobre justiça epistêmica.

Esses exemplos concretos demonstram como as diversas materialidades do reconhecimento científico podem se tornar recursos pedagógicos capazes de estimular análises críticas sobre desigualdades, silenciamentos e dinâmicas de poder no campo científico. Tal abordagem contribui para a formação de profissionais e pesquisadores mais conscientes das estruturas que moldam a produção e a legitimação do conhecimento científico.

As propostas pedagógicas delineadas nesta pesquisa podem ser incorporadas de forma transversal aos currículos, seja em disciplinas e projetos de iniciação científica, seja em atividades de extensão, como rodas de conversa, oficinas temáticas ou cursos de curta duração, que favoreçam a participação crítica e o diálogo interdisciplinar. Além disso, encontram espaço em contextos extra-sala de aula, como bibliotecas universitárias, onde exposições, clubes de leitura ou curadorias digitais podem funcionar como estratégias de mediação e em ambientes virtuais de aprendizagem, que oferecem possibilidades dinâmicas para discussões, análises colaborativas e produção de conteúdos sobre reconhecimento científico e (in)justiça epistêmica.

Recursos digitais contemporâneos, quando mobilizados de forma crítica e pedagógica, enriquecem significativamente essas estratégias. Podcasts, lives, blogs e postagens comentadas têm sido usados para divulgar experiências acadêmicas, dar visibilidade a trajetórias diversas e fomentar debates sobre reconhecimento na ciência. Redes sociais como Instagram, X (antigo Twitter), Facebook e LinkedIn, assim como plataformas acadêmicas como o ResearchGate, possibilitam que docentes e estudantes explorem essas questões de forma interativa e plural, ampliando a reflexão sobre as dinâmicas de reconhecimento e (in)justiça epistêmica no campo científico.

Além disso, ferramentas de inteligência artificial, quando aplicadas com consciência

crítica, podem apoiar a mediação do conhecimento, facilitar a curadoria de conteúdos e contribuir para a análise de padrões de visibilidade, autoria e reconhecimento. Essa abordagem está alinhada a autores que defendem o uso responsável da IA na educação, orientado à promoção da autonomia, da inclusão e do desenvolvimento da consciência crítica sobre os próprios processos de ensino e aprendizagem (Selwyn, 2019; Unesco, 2021), sem desconsiderar os vieses algorítmicos (Unesco, 2024) que podem intensificar injustiças epistêmicas ao reforçar tradições hegemônicas.

Assim, acredita-se que as reflexões e propostas consolidadas neste trabalho ofereçam subsídios concretos para a formação acadêmica e profissional capaz de reconhecer, interrogar e transformar as estruturas que moldam a construção do conhecimento científico na área, frequentemente alicerçadas em paradigmas de prestígio, exclusão e dinâmicas de (in)justiça epistêmica.

## 5 Considerações Finais

Esta pesquisa teórica buscou evidenciar o potencial formativo do reconhecimento científico na constituição de trajetórias, valores e legitimidades no campo acadêmico. Ao considerar materialidades do reconhecimento científico, como epígrafes, agradecimentos, obituários, epônimos, Festschriften, prêmios científicos, entrevistas e resenhas, argumentou-se que esses elementos atuam como vetores pedagógicos, cuja análise crítica pode ampliar a reflexão sobre justiça epistêmica nos percursos formativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A partir dessa perspectiva, foram sistematizados conteúdos e propostas pedagógicas que podem ser mobilizados de forma transversal na formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ainda que não constituam um modelo fechado, essas proposições buscam oferecer subsídios conceituais e práticos para estimular abordagens pedagógicas mais sensíveis às

dinâmicas de reconhecimento e injustiça epistêmica, reconhecendo que os modos de consagrar e lembrar também ensinam e silenciam.

A Ciência da Informação, ao lidar com os mecanismos de seleção, armazenamento, construção e apropriação do conhecimento, ocupa uma posição estratégica para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à pluralidade epistêmica, à democratização da ciência e à construção de uma cultura informacional comprometida com a justiça epistêmica.

A principal limitação desta pesquisa concentra-se em seu caráter teórico-conceitual, o que restringe a possibilidade de generalização empírica dos resultados e a validação prática das proposições pedagógicas apresentadas. Nesse sentido, sugere-se, para estudos futuros, investigar como docentes e discentes vivenciam práticas formativas já existentes nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, a fim de identificar caminhos para a implementação das ideias aqui discutidas.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para fomentar diálogos sobre os sentidos do reconhecimento científico, seus impactos na justiça epistêmica e sua relevância na formação de sujeitos epistêmicos autônomos e conscientes. A proposta de incluir essa temática nos percursos formativos visa ampliar horizontes curriculares da Biblioteconomia e Ciência da Informação e reafirmar o compromisso da área com a construção de uma ciência plural, crítica e comprometida com a equidade epistêmica.

## Referências

- ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação. (2024). Publicações da Editora ABECIN. <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/archive>
- Alencar, M. F., Tognoli, N. B., & Cervantes, B. M. N. (2024). Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: Em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. *Encontros Bibli*, 28, e92661.
- Andrade, D. R. S., Alves, A. P. M., & Silva, F. C. G. (2023). O conhecimento alternativo da Biblioteca Universal Guei contra a injustiça epistêmica na literatura brasileira. *Ciência da Informação*, 52(1), 104–114.
- Babu, Y., Mishra, P., Kumar, A., Pandey, C. S., & Pandey, S. (2025). Epistemic injustice and curriculum: Strategizing for justice. *Social Sciences & Humanities Open*, 11, 101220.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu: Sociologia* (pp. 122–155). Ática.
- Campbell, H., & Sich, D. (2023). Library curriculum as epistemic justice: Decolonizing library instruction programs. *Canadian Journal of Academic Librarianship*, 9, 1–39. <https://doi.org/10.33137/cjalrcbu.v9.40964>
- Cardona, N., & Silva, F. C. G. (2023). Perspectivas críticas e justiça epistêmicas nos estudos informacionais: Editorial. *Encontros Bibli*, 28, e93924.
- Collins, P. H. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2nd ed.). Routledge.
- Costa, A. C. A., & Valerio, E. D. (2023). Formação acadêmica das/os bibliotecárias/os para a inclusão de pessoas surdas em unidades de informação. *Encontros Bibli*, 28, e93208.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989, 139–167.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3rd ed.). Artmed.
- Doyle, A., & Moura, A. C. G. (2023). Leitura reflexiva para igualdade de gênero: Um relato de experiência. *Encontros Bibli*, 28, e92908.
- Egaña Lachaga, F., & Garcês-da-Silva, F. C. (2025). Expressando o memoricídio: Uma análise da produção do conhecimento afrocentrado na Universidad de La República, Uruguai. *Revista ACB*, 30(1), 1–19.

- Fernandes, J. V. de S. (2024). A literatura indígena e o direito à justiça epistêmica: Reflexões a partir das políticas educacionais e de reparação histórica. *Revista Criola*, 33, 19–43. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2024.229423>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford University Press.
- Geertz, C. (2015). *A interpretação das culturas*. LTC.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). Atlas.
- Giladi, P., & McMillan, N. (2023). *Epistemic injustice and the philosophy of recognition*. Routledge.
- Giroux, H. A. (2020). *On critical pedagogy*. Bloomsbury Academic.
- Guimarães, J. A. C. (2002). Estudos curriculares em Biblioteconomia no Mercosul: Reflexões sobre uma trajetória. In M. L. P. Valentim (Org.), *Formação do profissional da informação* (pp. 49–88). Polis.
- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575–599.
- Harding, S. (1991). *Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives*. Cornell University Press.
- Hayashi, M. C. P. I., & Bello, S. F. (2014). Presença dos agradecimentos em um periódico da área de saúde. *Em Questão*, 20(3), 166–193.
- Hayashi, M. C. P. I. (2018). Agradecimentos em artigos científicos: O ponto de vista dos pesquisadores. *Prisma.com*, 37, 55–70.
- Hayashi, M. C. P. I. (2020). Evidências bibliométricas do reconhecimento científico em resenhas e entrevistas. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 18, e020037.
- Hayashi, M. C. P. I. (2021a). Obituários acadêmicos: Análise de homenagens póstumas da ciência em periódicos científicos. *Ciência da Informação*, 50, 70–88.
- Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2021b). Obituários acadêmicos y homenajes póstumos: Legados científicos para el campo de la Cienciometría. *Revista General de Información y Documentación*, 31, 369–394.
- Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2021c). Reconhecimento científico e avaliação post-mortem em obituários acadêmicos da Revista Pesquisa FAPESP: Estudo bibliométrico e de conteúdo. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*, 16, e02118.
- Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2021d). In vitam et post-mortem: Expressões de gratidão a Derek de Solla Price em agradecimentos e obituários acadêmicos. *Palavra Clave (La Plata)*, 11(1), e143.
- Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2023). Peer-review post-mortem: Análise de obituários acadêmicos publicados na Revista Estudos Feministas. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 46(3), e345683.
- Hayashi, M. C. P. I. (2022a). Epígrafes no sistema de recompensas da ciência: Notas teóricas e modelo de análise. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 20, e022004.
- Hayashi, M. C. P. I. (2022b). Epônimos em textos científicos: Apontamentos teóricos. *Brazilian Journal of Information Science*, 16, 1–19.
- Hayashi, M. C. P. I. (2023a). Epônimos em textos científicos: Modelo de análise e aplicação no campo da Bibliotemetria. *Em Questão*, 29, 125489.
- Hooks, B. (1994). *Teaching to transgress: Education as the practice of freedom*. Routledge.
- Kincheloe, J. L. (2008). *Critical pedagogy primer* (2nd ed.). Peter Lang.
- Longino, H. (2002). *The fate of knowledge*. Princeton University Press.
- Maringe, F. (2023). *Colonization and epistemic injustice in higher education: Precursors to decolonisation*. Routledge.
- Medina, J. (2013). *The epistemology of resistance: Gender and racial oppression, epistemic injustice, and resistant imaginations*. Oxford University Press.

- Mehra, B. (2019). The non-white man's burden in LIS education: Critical constructive nudges. *Journal of Education for Library and Information Science*, 60(3), 198–207.
- Mehra, B., & Gray, L. (2020). "Owning up" of White-IST trends in LIS to further real transformations. *Library Quarterly*, 90(2), 189–239.
- Merton, R. K. (1957). Priorities in scientific discovery: A chapter in the sociology of science. *American Sociological Review*, 22(6), 635–659.
- Merton, R. K. (1968). The Matthew effect in science: The reward and communication systems of science are considered. *Science*, 159(3810), 56–63.
- Morais, M. W., & Gracioso, L. de S. (2023). Enunciações do feminismo decolonial a partir das categorias fundamentais rangathanianas. *Encontros Bibli*, 28, e92696.
- Prudencio, D. S., & Rodrigues, M. E. F. (2018). Práticas inovadoras no ensino de Biblioteconomia no Brasil: Análise das publicações do GT-6 da ANCIB e da BRAPCI. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 23(2), 313–331. <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1422>
- Rodrigues, A. I., & Vargas, A. E. A. (2023). Injustiça de gênero e sexualidade LGBTQIA+: A produção de conhecimento à margem na Ciência da Informação na Região Sul. *Encontros Bibli*, 28, e92370.
- Selwin, N. (2019). Should robots replace teachers? AI and the future of education. Polity Press.
- Silva, F. C. G., Garcez, D. C., & Silva, R. A. (2022). Conhecimento das margens: Da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 27(1), 1–19.
- Silva, F. C. G., Garcez, D. C., Romeiro, N. L., Pizarro, D. C., & Saldanha, G. S. (2024). Branquitude desvelada: Investigando o vocabulário racial nos estudos críticos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais... Vitória-ES.
- Silva, F. C. G., Molter, A., Silva, J. P. da, & Gomes, V. S. (2025). O conhecimento amazônico e a informação étnico-racial nas produções da Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO). *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 21, 1–15. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2129>
- Silva, M. R., & Maricato, J. de M. (2024). Sistema de recompensas da ciência e os meios alternativos de avaliar o impacto social: Percepções de pesquisadores que utilizam o referencial teórico bourdieusiano. *Informação & Sociedade: Estudos*, 33. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2023v33.67818>
- Smith, L. T. (2021). Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples. Zed Books.
- Sousa, L. P., Sousa, R. S. C., Löw, M. M., & Barros, T. H. B. (2023). Promovendo a justiça epistêmica: Uma análise dos princípios CARE na gestão de dados de pesquisa em relação aos povos indígenas. *Workshop de Informação Dados e Tecnologia*, 6.
- Souza, L. G. da C. de. (2018). Reconhecimento, desreconhecimento e demarcação simbólica: Uma contribuição conceitual à análise do lado negativo do reconhecimento. *Sociologias*, 20(49), 294–317. <https://doi.org/10.1590/15174522-02004912>
- UNESCO. (2021). AI and education: Guidance for policy makers. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376709>
- UNESCO. (2024). Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390241>
- Valentim, M. L. P. (Org.). (2002). Formação do profissional da informação. Polis.